

SUMÁRIO

Doutrina

- André Mendes Moreira** - Do direito ao crédito de ICMS sobre bens do ativo imobilizado cedidos em comodato
1. Introdução. 2. O direito ao crédito sobre bens integrantes do ativo imobilizado: resenha legislativa. 3. Fundamentos para o creditamento em debate. 4. A jurisprudência. 5. Conclusões. 7
- Bruno Fajersztajn** - PIS e Cofins. Uma proposta objetiva para a definição do conceito de insumo
1. Introdução. Não cumulatividade: do sonho ao pesadelo e os objetivos deste estudo. 2. Regime não cumulativo das contribuições. Nossas premissas. 3. Conceito de insumo: um meio termo objetivo e seguro entre a legislação do IPI, o critério da essencialidade e o conceito de despesa necessária do IRPJ. 4. Conclusão. 18
- Cristian Ricardo Prado Moises** - O ICMS nas transferências interestaduais entre estabelecimentos da mesma empresa: a constitucionalidade da incidência à luz da reformulação da tradicional teoria da circulação jurídica
1. Considerações iniciais. 2. A tradicional teoria da circulação jurídica. 3. Ofensa ao princípio federativo. 4. Reformulação teórica. 5. Considerações finais. 35
- Guilherme Cezaroti** - A cobrança do IPVA do credor fiduciário na alienação fiduciária em garantia
1. Introdução. 2. O fato gerador do IPVA. 3. A qualificação da propriedade fiduciária para fins de incidência do IPVA. 4. O credor fiduciário como sujeito passivo solidário pelo pagamento do IPVA. 5. O credor fiduciário como responsável tributário pelo pagamento do IPVA. 6. Conclusão. 50
- Jefferson Marcos Biagini Medina** - Dimensão semântica dos signos linguísticos "receita" e "faturamento" no Direito Tributário e a inconstitucional inclusão dos valores do ICMS na hipótese de incidência e base de cálculo do PIS e da Cofins
Introdução. 1. Proposta metodológica da abordagem do tema. 2. Dimensão semântica dos termos "receita" e "faturamento" no Direito. 3. Matriz constitucional das contribuições para a seguridade social (hipótese de incidência e base de cálculo). 4. A obrigatoriedade da legislação infraconstitucional do PIS e da Cofins atender a matriz constitucional (hipótese de incidência e base de cálculo) das contribuições para a seguridade social. 5. Entendimento jurisprudencial no STJ. 6. Da possibilidade do reconhecimento da inconstitucionalidade da inclusão dos valores do ICMS na hipótese de incidência e base de cálculo da contribuição ao PIS e à Cofins no STF. Conclusão. 61
- Leonardo Freitas de Moraes e Castro** - Efeitos tributários da alteração, da repactuação e da novação de contrato de mútuo passivo internacional (empréstimo externo) registrado no Banco Central do Brasil a partir de 2013
1. Introdução. 2. Aspectos regulatórios e de Direito Civil relacionados ao contrato de mútuo. 3. Necessidade de realização de câmbio simbólico simultâneo e alteração no ROF. 4. Liquidação do mútuo passivo internacional para fins de variação cambial ativa. 5. Aditamento de mútuo passivo internacional para fins de incidência do IOF-câmbio. 6. Repactuação e novação de mútuo passivo internacional para fins de aplicação das novas regras de preço de transferência sobre juros. 7. Conclusões. 76
- Miguel Delgado Gutierrez** - Do conceito de alienação para fins de apuração do ganho de capital
1 - Introdução. 2 - Do conceito de alienação no Direito privado. 3 - A estrutura do imposto de renda na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional. 4 - Do conceito de alienação na legislação que dispõe sobre a apuração do ganho de capital. 5 - Conclusões. 94

Osly da Silva Ferreira Neto - Os juros tributários e os três paradoxos do contribuinte curioso

1. Introdução: a espada de Dâmoques. 2. Os juros tributários. 3. A taxa Selic e o contribuinte curioso. 4. O primeiro paradoxo do contribuinte curioso (dados sigilosos). 5. O segundo paradoxo do contribuinte curioso (insegurança jurídica). 6. O terceiro paradoxo do contribuinte curioso (julgamento circular). 7. Uma tentativa de conciliação com a Constituição. 8. Conclusões.

103

Pedro Guilherme Modenese Casquet e Cesar Augusto Seijas de Andrade - A possibilidade de atribuição de efeitos retroativos à “nova” base de cálculo do PIS e da Cofins para as operadoras de planos de saúde

I - À guisa de delimitação do objeto do estudo. II - Da inovação legislativa. III - Natureza interpretativa da legislação. IV - O conceito de leis interpretativas. V - O caráter interpretativo da Lei 12.873/2013 quanto à redução da base do PIS/Cofins das operadoras de plano de saúde - consequências da discussão para o caso concreto. VI - Conclusão.

118

Ramon Tomazela Santos - Os mecanismos de resistência fiscal e as condições para a dedução de despesas em operações com paraísos fiscais - reflexões sobre o artigo 26 da Lei nº 12.249/2010

1. Introdução. 2. A concorrência fiscal prejudicial e os paraísos fiscais. 3. Os mecanismos de combate à evasão fiscal adotados pelo Brasil. 4. A análise do artigo 26 da Lei nº 12.249/2010. 5. A cláusula de não discriminação. 6. Conclusões.

128

Renato Lopes Becho - Considerações sobre a obrigação tributária principal e acessória

I - Colocação do tema. II - Sobre a expressão obrigação tributária. III - A distinção entre obrigação principal e acessória. IV - As obrigações tributárias que fazem surgir a responsabilidade de terceiros (CTN, art. 135). V - Sobrecarga de obrigações acessórias. VI - Conclusão.

149

Rodrigo Martone e Bruno Ventura - O descumprimento das decisões do STJ pelo Carf com relação à coisa julgada da CSLL

I. Introdução. II. O entendimento do STJ sobre a coisa julgada da CSLL. III. As consequências processuais da análise do STJ ter se dado pela sistemática de recursos representativos da controvérsia e o desrespeito ao regimento interno do Carf. IV. Conclusão.

159

Rogério Pires da Silva - Atos normativos federais e publicação obrigatória no Diário Oficial da União: o caso das “Notícias Siscomex” e sua divulgação apenas no Portal Siscomex

I - Publicidade e publicação de atos normativos e as “Notícias Siscomex”. II - A vigência quase sempre imediata das “Notícias Siscomex” como circunstância de agravamento da surpresa do destinatário. III - A presunção de que o importador deve fazer consulta eletrônica prévia (no ambiente Siscomex) quanto ao tratamento administrativo em vigor em face de cada importação não justifica a falta de publicação das “Notícias Siscomex” no Diário Oficial. IV - Segurança jurídica e dificuldades para a solução do problema da falta de publicação das “Notícias Siscomex” no Diário Oficial da União. V - À guisa de conclusão.

168

Opinião Legal

Ives Gandra da Silva Martins e Marilene Talarico Martins Rodrigues - Entidade imune e a contratação de seguro para proteção de seus gestores, em caso de sinistralidade - inteligência dos arts. 150, inciso VI, “c”; 195, parágrafo 7º, da CF e art. 14 do CTN, assim como da legislação infraconstitucional

Consulta. Resposta.

177